

O PAPEL DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NAS MICROEMPRESAS

Cleiton Gonçalves Costa¹
Hernany Ferreira da Cruz²
Phelipe Teixeira dos Santos Alves³
Antônio Claudio Ferreira⁴

RESUMO

O presente estudo expõe a importância do planejamento financeiro em microempresas, bem como se justifica devido ao grande índice de mortalidade de negócios emergentes no Brasil, pois, a gestão financeira é um ponto crítico para o sucesso das empresas, mas infelizmente, boa parte dos gestores tendem a não dar devida atenção a esse fator. Por sua vez, as ferramentas selecionadas para estudo neste trabalho foram: Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial, dada sua importância para o controle de capital de uma organização. Sequencialmente, os índices escolhidos foram os de Liquidez e Rentabilidade, que nessa mesma ordem demonstra a disponibilidade para uma empresa pagar suas dívidas e o retorno do capital investido no negócio financeiro. A metodologia empregada parte de uma linha exploratória e qualitativa com intuito de abordar a temática e suas características na totalidade, para isso, sua base se dá a partir de livros e materiais bibliográficos de referência. Ao assunto ficou claro, portanto, que a implantação de um planejamento financeiro, mesmo com ferramentas básicas, é fundamental para empresas que queiram obter vantagens competitivas e se manter em crescimento.

Palavras-chave: Planejamento Financeiro; Microempresas; Gestão; Finanças.

ABSTRACT

The present study highlights the importance of financial planning in microenterprises, a relevance underscored by the high mortality rate of emerging businesses in Brazil. Financial management is a critical factor for the success of companies; however, a considerable number of managers tend to neglect this aspect. The selected tools for examination in this work include Cash Flow, Income Statement, and Balance Sheet, given their significance in the capital control of an organization. Sequentially, the chosen indices are Liquidity and Profitability, which, in this order, demonstrate the company's ability to meet its obligations and the return on the financial investment in the business. The employed methodology follows an exploratory and qualitative approach to comprehensively address the subject and its characteristics. To achieve this, the study relies on books and bibliographic materials of reference. It becomes evident

¹ Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos.
E-mail: cleiton.costa@estudante.ifgoiano.edu.br

² Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos.
E-mail: hernany.ferreira@estudante.ifgoiano.edu.br

³ Bacharelado em Administração pelo Instituto Federal Goiano – Campus Campos Belos.
E-mail: phelipe.teixeira@estudante.ifgoiano.edu.br

⁴ Mestre Docente no Instituto Federal Goiano- Campus Campos Belos.
E-mail: antonio.ferreira@ifgoiano.edu.br

from the discussion that the implementation of financial planning, even with basic tools, is fundamental for companies aiming to gain competitive advantages and sustain growth.

Keywords: Financial Planning; Microenterprises; Management; Finance.

INTRODUÇÃO

As microempresas compõem um grupo de empresas que representam a maioria das empresas abertas no Brasil. Em termos gerais, as mesmas compõem o grupo das Micro e Pequenas Empresas (MPE). Segundo o Sebrae (2019), esse grupo engloba o universo de quase 99% dos negócios em funcionamento do país. Em contrapartida, elas possuem dificuldades no que tange a sua permanência no mercado, cerca de 60% desses empreendimentos encerram suas atividades antes de 5 anos de existência.

Diante disso, se torna notável que há uma lacuna a ser observada, e que nela acredita-se que existem os reais motivos do porquê alguns pequenos negócios não se tornam grandes empreendimentos bem-sucedidos. Moterle, Wernke e Junges (2019), afirmam que Cerca de 40% dos gestores não possuem conhecimentos sobre gestão financeira de forma aprofundada, desconhecendo tópicos como: Ciclo Operacional, Patrimônio Líquido e Demonstração do Resultado do Exercício. Essa realidade dentro das microempresas é uma problemática genuína, visto que as figuras de liderança organizacional representam importantes papéis socioeconômicos para sua comunidade.

Conforme, Ferreira *et al* (2020) uma das maiores dificuldades no desempenho gerencial de uma microempresa é a falta de preparo na gestão do negócio, por seus dirigentes e proprietários, algo que corrobora diretamente nas decisões financeiras. Nesse sentido, o planejamento financeiro auxilia a gestão interna de uma microempresa, permitindo maior controle sobre essas decisões.

Em termos gerais, o planejamento financeiro é uma das etapas mais importantes para a gerência de uma organização, afinal, uma empresa que não tem controle sobre seus recursos, nesse caso, financeiros, possui dificuldade em mensurar seus próprios resultados e conseqüentemente pode perder oportunidades que surgem, afetando o futuro da empresa (PERIS, 2020).

O planejamento financeiro atua como uma ferramenta de controle que permite uma visão estratégica do ponto de vista de todos os recursos e capitais que uma organização dispõe para auxiliar na gestão de seu funcionamento e desenvolvimento. No que tange ao

desenvolvimento do planejamento, ele engloba a utilização de ferramentas para entender o desempenho de todos os processos financeiros.

De acordo com Souza *et al.* (2007 *apud* RODRIGUES; MONSORES, 2022, p. 42) “Para um bom desempenho do planejamento financeiro há algumas ferramentas que contribuem para esse ato, tais como: Fluxo de Caixa; Demonstração do Resultado em Exercício (DRE).”

Sob essa perspectiva, o presente trabalho destaca as duas ferramentas acima citadas, além destas, uma terceira, o balanço patrimonial. Em conjunto, os três instrumentos permitem construir informações direcionadas ao controle de todas as operações financeiras.

Outro ponto que influencia diretamente a gestão de um negócio, são a presença de indicadores financeiros no âmbito financeiro de uma organização, pois em um ambiente competitivo e com rápidas mudanças no mercado os gestores precisam estar sempre atentos e com essas informações a seu fácil acesso, para ter suas tomadas de decisão amparadas (REGERT *et al.*, 2018).

Sob essa perspectiva, os índices em foco neste trabalho são os de Liquidez e Rentabilidade, dada sua natureza generalista que facilita o trabalho do gestor financeiro, mesmo que haja outros que possam ser úteis, apenas tais serão abordados.

O Índice de Liquidez, segundo Gitman e Zutter (2017), implica na capacidade que uma empresa tem de saldar suas obrigações, em outras palavras, a facilidade de pagar suas contas. Quanto ao Índice de Rentabilidade, sua estrutura se constrói mediante as informações oriundas do Balanço Patrimonial (BP) e da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), onde o confronto direto entre as contas patrimoniais e de resultado proporciona respostas sobre o retorno dos investimentos e do patrimônio líquido.

Nesse contexto, uma gestão financeira efetiva serve como um gatilho para que muitos gerentes possam conceber o quão fundamental é fazer um orçamento de projeto, por exemplo. Essas decisões, por conseguinte, definem o rumo que uma organização tomará e quais desafios terá de vencer.

Logo, objetiva-se com este artigo, apresentar o planejamento financeiro como ferramenta básica na gestão de uma microempresa. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, em livros e artigos na área do planejamento financeiro e temas relacionados ao assunto.

Diante do exposto, como objetivos específicos têm-se: Caracterizar o conceito de Microempresas, Finanças e de Planejamento Financeiro; apresentar quais serão os índices financeiros para avaliar o desempenho financeiro no ambiente empresarial; destacar as

contribuições do planejamento financeiro aplicado às Microempresas. Portanto, este estudo de teor acadêmico busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Qual o papel do planejamento financeiro em uma Microempresa?

REFERENCIAL TEÓRICO

Microempresas e Finanças

Segundo a lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, as Microempresas constituem figuras jurídicas cujo faturamento bruto é de até 360 mil reais anualmente. As mesmas englobam, de modo macro, o grupo das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Para a economia brasileira, tal entidade descrita corresponde a 99% dos estabelecimentos em todo o Brasil. Em 2022, somavam mais de 18,5 milhões de negócios, cujos principais ramos de atuação são serviços e comércio. Desse todo, as microempresas correspondiam a uma fatia de 6 milhões de negócios, o que corresponde a cerca 32% dos pequenos negócios espalhados por todo o país (Agência Sebrae de Notícias, 2022).

Em contraponto, as Microempresas possuem uma taxa de mortalidade considerável, cerca 21,6% fecham após 5 anos de atividade, sendo alguns dos motivos relacionados, a falta de qualquer tipo de planejamento no negócio (SEBRAE, 2023.a). Cabe salientar, que dentre os principais pontos de planejamento, temos o planejamento financeiro, uma ferramenta essencial para que a organização possua controle de gastos, despesas e obrigações financeiras.

Como descrito por Teixeira (2016 *apud* PEREIRA, 2019) dentre os vários motivos que levam a falência de uma empresa está a inexistência do planejamento financeiro. Tal fator agrega uma série de deficiências, como uma baixa assertividade na tomada de decisões e o controle de entradas e saídas de capital financeiro. Assim sendo, o planejamento financeiro, é um mecanismo vital para que as microempresas consigam se perpetuar em sua existência e se desenvolver, uma vez que o mesmo permite compreender a saúde financeira da organização e auxiliar na tomada de decisões.

De acordo com Sebrae (2023.b) um dos erros mais comuns que as microempresas têm em relação às finanças, é não separar as finanças particulares com as do negócio. Uma prática que pode colaborar para o desequilíbrio financeiro e acarretar, endividamento e inadimplência.

Segundo Catarino, Santos, Silva (2020), 31,3% dos microempreendedores consultados afirmam não separar as contas das empresas de suas contas pessoais.

Especificamente, os microempreendedores, por não possuírem a disposição do planejamento financeiro, acabam se perdendo nas operações das finanças ao longo do período anual, e em alguns casos, inserindo as contas pessoais com as empresariais.

De acordo com Lima et al. (2021), Micro e Pequenas Empresas precisam possuir uma gestão financeira eficiente que consiga se edificar e progredir no mercado, tomando boas decisões financeiras conciliadas com as decisões comerciais mediante ao modelo de negócio, para trazer resultados de crescimento e criação de valor.

Desta maneira, uma boa gestão financeira é de suma importância para as micro e pequenas empresas atingirem seus objetivos, a fim de expandirem seus negócios e se desenvolverem no mercado por meio de uma administração capaz de gerir seus custos, despesas, investimentos e lucro.

Para Megliorin e Vallim (2018), deve ficar bem claro que a área financeira da empresa tem seu foco em buscar fontes de recursos mais vantajosas, definir da melhor forma possível o uso desses recursos, como também, confeccionar o planejamento e controle financeiro.

Como descrito, a área financeira é responsável por selecionar os melhores e mais acessíveis recursos, mediante um elaborado planejamento financeiro seguido de seu controle, visto que a aplicação do mesmo é dinâmica e cobre todas as atividades da empresa.

Conforme Gitman e Zutter (2017, p. 4) “O campo de finanças é amplo e dinâmico e afeta tudo o que as empresas fazem, desde a contratação de pessoal para construir fábricas até o lançamento de novas campanhas publicitárias.” Afinal, em uma organização empresarial, em função de suas atividades e operações, o termo capital é essencial para iniciar e financiar os processos. Visto isso, as finanças são de suma importância dentro da organização, pois tudo depende do capital para financiar seu processo de execução, se o financeiro parar, nada mais continua por muito tempo em atividade.

De acordo com Peris (2020), o ambiente empresarial apresenta diversas situações que exigem dos administradores financeiros soluções perspicazes que mantenham a saúde financeira da empresa estável e próspera, a fim de garantir sua integridade de produzir benefícios aos envolvidos no negócio.

Contudo, o departamento financeiro não é limitado apenas a números e dinheiro, é necessário também que os envolvidos sejam aptos a fornecer a melhor resposta e/ou solução, para as demandas organizacionais inerentes. Para isso, é necessário a utilização de ferramentas

de gestão financeira que identifiquem os caminhos a serem seguidos, selecionando os mais viáveis com maior retorno financeiro e com menores riscos à integridade da saúde da organização.

Planejamento Financeiro

A princípio, o planejamento financeiro pode ser tido como um mecanismo de controle em uma organização. Como afirma Gitman e Zutter (2017, p 130): “[...]é um aspecto importante para as operações da empresa, pois fornece roteiro para guiar, coordenar e controlar as ações da empresa com a intenção de alcançar seus objetivos.”

Nesse sentido, o planejamento financeiro é de grande importância para as organizações, sobretudo para as microempresas, uma vez que seu objetivo é aprimorar o desempenho e organização do departamento financeiro, tornando-o mais assertivo nas tomadas de decisões orçamentárias.

Ferro, Paula e Oliveira (2014, p. 3) diz que:

A função do planejar é de definir antecipadamente ações ou intenções de algo. Nesse caso, é organizar o futuro das atividades da empresa, em seu âmbito geral, desde a administração até a última faixa operacional da empresa, e ainda do meio externo no qual está inserida. É a arte de elaborar um projeto e organizar um meio de se chegar ao objetivo final do mesmo.

Diante disso, é necessário que a entidade passe a organizar sua composição dos processos operacionais, construindo uma base mínima de controle operacional. Desta maneira, a coleta de dados será eficaz para construção de informações e assim planejar os próximos passos da empresa, que serão escolhidos em harmonia com o planejamento financeiro.

Andreolla (2015) relata que, conforme a empresa se movimenta, é produzido um conjunto de informações operacionais que servem para a construção arquitetada de indicadores de gestão, assim como um painel de bordo. Ferramenta de suma importância para guiar o piloto durante o voo, indicando precisamente a rota a ser percorrida para a chegada em seu destino e pousar com segurança.

Deste modo, a utilização de instrumentos apropriados para auxiliar na conclusão do objetivo é indispensável, principalmente aos gestores que seguidamente precisam tomar decisões sábias para o crescimento da organização. Diante disso, apresentaremos algumas ferramentas, sendo elas: Fluxo de Caixa (FC), Balanço Patrimonial (BP) e o Demonstração do

Resultado do Exercício (DRE) que permitem ao gestor visualizar as condições e saúde financeira da empresa.

Fluxo de Caixa (FC)

Cruz e Andrich (2013) afirmam que o Fluxo de Caixa é uma ferramenta básica do planejamento financeiro, pois permite que os gestores tenham os dados de entradas e saídas da organização em algum período, seja passado, presente ou uma projeção futura. Isso permite que a empresa conheça sua situação atual e obtenha informações financeiras capazes de prever possíveis necessidades econômicas.

Logo, esse relatório financeiro é essencial para o sucesso de um negócio, independente do seu enquadramento tributário ou faturamento anual, o controle das finanças é sempre fundamental para sua continuidade.

De acordo com Chiavenato (2022), o Fluxo de Caixa pode ser útil para projeção e controle financeiro dentro da empresa. Para sua criação são organizadas as entradas e saídas de todo o período do exercício. Em sequência, o orçamento de caixa deve possuir projeções desde o ponto em que a empresa adquire matéria-prima até a venda do produto final, assim como seus recebimentos e pagamentos com base nos seus resultados tradicionais. A última etapa é a adição do fluxo líquido de caixa, que a cada mês é resultado da subtração dos pagamentos pelos recebimentos, por fim sendo adicionados, caso o resultado seja positivo, ao saldo inicial de caixa, caso seja negativo se faz necessário a busca por capital externo.

Porém, trataremos essa ferramenta como um método de controle, dada a importância de facilitar o trabalho do gestor da microempresa, que muitas vezes não dispõe de um acompanhamento financeiro adequado, no entanto, valores previsíveis, como contas a receber e a pagar no período, valem a pena serem usados neste documento de fluxo de caixa básico.

Na figura a seguir (figura 1) será demonstrado um modelo de Fluxo de Caixa para melhor compreensão do mencionado acima:

Figura 1: Modelo do fluxo de caixa

Fato gerador		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.
Saldo Inicial								
Entradas								
1	Vendas à Vista							
1	Recebimento de Clientes							
Total das Entradas								
Saídas								
4	Impostos							
2 e 3	Compras à Vista							
2 e 3	Compras a Prazo							
4	Despesas Administrativas							
4	Despesas Comerciais							
4	Despesas Financeiras							
Total das Saídas								
Saldo Operacional								
Aumento de Capital								
Saldo Final								

Fonte: Cruz e Andrich (2013).

A tabela na figura 1 representa uma estrutura básica de fluxo de caixa, segundo seu autor, a cédula denominada “Recebimento de clientes” refere-se ao recebimento de contas a prazo, já tabela na figura 2 representa de forma clara como ela foi preenchida por um estudo de caso.

Figura 2: Exemplo do fluxo de caixa

Fato Gerador	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jun.	Jul.
Saldo Inicial	-2.450,00	159,00	86,00	2.616,00	7.106,00	5.066,00
Entradas						
Vendas à Vista	13.650,00	14.300,00	12.800,00	12.700,00	13.500,00	13.700,00
Recebimento de Clientes	125.460,00	122.850,00	128.700,00	115.200,00	114.300,00	121.500,00
Total das Entradas	139.110,00	137.150,00	141.500,00	127.900,00	127.800,00	135.200,00
Saídas						
Impostos	16.728,00	16.380,00	17.160,00	15.360,00	15.240,00	16.200,00
Compras à Vista	18.907,00	20.475,00	16.870,00	17.710,00	19.460,00	19.320,00
Compras a Prazo	76.296,00	75.628,00	81.900,00	67.480,00	70.840,00	77.840,00
Despesas Administrativas	17.745,00	18.590,00	16.640,00	16.510,00	17.550,00	17.810,00
Despesas Comerciais	5.460,00	5.720,00	5.120,00	5.080,00	5.400,00	5.480,00
Despesas Financeiras	1.365,00	1.430,00	1.280,00	1.270,00	1.350,00	1.370,00
Total das Saídas	136.501,00	138.223,00	138.970,00	123.410,00	129.840,00	138.020,00
Saldo Operacional						
Aumento de Capital		1.000,00				
Saldo Final	159,00	86,00	2.616,00	7.106,00	5.066,00	2.246,00

Fonte: Cruz e Andrich (2013).

É importante ressaltar que sendo uma projeção ou não, o monitoramento constante do fluxo de caixa permite que uma empresa compreenda sua situação monetária com precisão. Assim sendo, de acordo com Nascimento (2015) fica claro que o fluxo de caixa, nada mais é do que a relação simplificada das entradas e saídas de capital em um período delimitado.

Demonstração de Resultado do Exercício (DRE)

Segundo Bazzi (2014, p. 217-218): “a estrutura básica da demonstração do resultado do exercício, é iniciado pelas receitas, seguida pelos custos, o que resulta no lucro bruto. Em que, quando retirado as despesas e o imposto de renda, temos no final o resultado do período”. A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é uma ferramenta que esclarece de forma organizada o desempenho contábil da empresa, apresentando o resultado de determinado período, sendo ele positivo ou negativo.

Barros e Dreon (2021, p. 77), fala que:

Observa, dessa forma, o regime de competência para apuração dos vários níveis de resultado, mediante confronto entre as receitas e os correspondentes custos e despesas. Portanto, toda despesa gerada no período (mesmo que ainda não tenha sido paga) será subtraída do total da receita também gerada no mesmo período (mesmo que ainda não tenha sido recebida).

Desta maneira, ao identificar os valores pertinentes a operação da empresa, como a receita, custos e as despesas, e o conduzir para dentro do arranjo da Demonstração do Resultado do Exercício, apura-se resultados cruciais para que os envolvidos do setor estratégico analisem o desenvolvimento periódico da empresa ao longo dos ciclos de operações.

A estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício é composta e organizada pelos respectivos elementos: Receita Total, Custos Variáveis, Margem de Contribuição, Custos fixos, Resultado operacional líquido, Investimentos e Amortização, por último o Resultado Final, SEBRAE (2023.c).

Desta forma, cada elemento que compõe o Demonstração do Resultado do Exercício, tem sua particularidade e importância dentro da estrutura. Visto isso, é de grande valia que o gestor se inteire dos conceitos em detrimento de uma melhor compreensão para o uso competente das informações em seus diagnósticos.

Figura 3: Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercícios

1 - RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS - ROB
2 - (-) DEDUÇÕES
3 = RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA - ROL
4 (-) CPV, CMV ou CSP
5 = LUCRO BRUTO - LB
6 (-) DESPESAS OPERACIONAIS
7 = EBITDA
8 (-) DEPRECIAÇÃO
9 (-) AMORTIZAÇÃO
10 = LUCRO OPERACIONAL OU EBIT
11 +/- RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO
12 +/- DESPESAS/RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
11 = LUCRO ANTES DO IR E CSLL
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
(-) PROVISÃO PARA O IMPOSTO RENDA
12 = LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
(-) DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS
13 = LUCRO LÍQUIDO RETIDO

Fonte: Barros e Dreon (2021, p. 78).

A tabela da figura 3 retrata a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de forma simplificada. Conforme o autor, as características dos conceitos são respectivamente:

Quadro 1: Contas DRE

Receita Bruta de Vendas e Serviços – ROB	A receita bruta é o valor arrecadado das vendas dos produtos ou serviços sem o abatimento dos impostos.
Deduções da Receita Bruta de Vendas e Serviços:	As deduções são valores referente as devoluções e abatimentos. Neste, também, os impostos incidem sobre as mercadorias.
Receita Operacional Líquida – ROL	Resultados da subtração das Deduções da Receita Bruta pela Receita Bruta.
Lucro Bruto	É o resultado da diferença da receita operacional líquida e o custo dessas mercadorias, produtos ou serviços.
Despesas Operacionais	Valor referente a despesas que não estão diretamente ligadas à operação, como as despesas administrativas e operacionais.

EBITDA	Indicador financeiro conhecido também como LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), constitui o quanto a empresa gerou de recursos nas suas atividades operacionais sem abatimento dos impostos, depreciação e amortização.
Lucro Operacional	Conhecido também como LAJIR (Lucro antes dos juros e imposto de renda), indica que o resultado da diferença entre o LAJIDA é a depreciação e amortização. Sem a subtração dos tributos.
Lucro antes do IR e CSLL	Chamada também de LAIR (lucro antes do imposto de renda e da dedução), é a apuração de todas as receitas e gastos realizadas no período, sendo elas operacionais ou não. Este resultado é utilizado como base de cálculo para o imposto de renda e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).
Lucro Líquido do Exercício	Neste elemento, obtém-se o valor disponível após todos os abatimentos dos custos do exercício da empresa. Que poderá ser usado para a constituição de reservas ou ser distribuído em dividendos.
Lucro Líquido Retido	Elemento final da Demonstração do Resultado do Exercício, simboliza o resultado final do período, e mostra se a empresa obteve lucro ou prejuízo na sua atividade. Em suma maioria, este valor, sendo ele positivo, é utilizado para realizar novos investimentos, viabilizando aprimorar ainda mais os resultados.

Fonte: Adaptado de Barros e Dreon (2021).

Segundo Neto (2021), a DRE é uma excelente ferramenta que permite realizar precisamente análises de custos e auxilia como fonte de referência para determinar a precificação dos produtos e serviços da empresa.

Portanto, a Demonstração do Resultado do Exercício concede muitos benefícios ao gestor financeiro e administrador nas tomadas de decisões frente à melhoria do negócio e seu desempenho, visto que este instrumento deixa explícito informações de todo um período de atividade, possibilitando frequentemente a análise da saúde financeira da entidade, por meio das evoluções das receitas, custos e gastos, que auxilia diretamente na reavaliação do processo de produção. Ela também colabora na compreensão se o negócio é lucrativo, e em que áreas precisam de melhorias, para que os investimentos sejam positivos e gerem retorno aos envolvidos.

Balanço Patrimonial (BP)

Conforme Matarazzo (2019) o Balanço Patrimonial pode ser compreendido como um relatório financeiro que apresenta todos os bens e direitos de uma organização, seus ativos, suas obrigações, dívidas e os passivos. Além do patrimônio líquido adquirido de um determinado período.

O Balanço Patrimonial descreve um resumo da vida financeira de uma empresa, descrevendo os eventos de um exercício social, que equivale geralmente a 12 meses de funcionamento. Sua composição de ativos e passivos descreve a origem das entradas e aquisição de recursos presentes na organização, como também as saídas e empenho dos recursos para liquidação de obrigações com terceiros.

Conforme Travassos (2022), sua estrutura é composta pelos seguintes grupos de contas:

Quadro 2: Estrutura Balanço Patrimonial

Ativos	Passivos
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
<ul style="list-style-type: none"> ● Ativo realizável a longo prazo ● Investimentos ● Imobilizados ● Intangível 	Patrimônio líquido <ul style="list-style-type: none"> ● Capital Social; ● Reservas de capital; ● Ajuste de avaliação patrimonial; ● Reservas de lucros; ● Ações em tesouraria; ● Lucros ou prejuízos acumulados;

Fonte: Adaptado Travassos (2022).

Os ativos e passivos podem ser estruturados em 5 grupos de contas. Segundo o vídeo, Entendendo de Balanço Patrimonial - Parte 1 (2019) os mesmos podem ser definidos em:

Quadro 3: Ativos e Passivos

Ativo	Passivo

Ativo Circulante	Representam bens e direitos realizáveis que podem ser convertidos em dinheiro a curto prazo.	Passivo Circulante	Compõem todas as obrigações cujo prazo de vencimento seja de curto prazo.
Ativo não Circulante	Representam bens e direitos realizáveis que podem ser convertidos em dinheiro apenas a longo prazo. Além de investimentos realizados, bens imobilizados e bens intangíveis	Passivo não Circulante	Compõem todas as obrigações cujo prazo de vencimento seja de longo prazo.
		Patrimônio Líquido	Apresenta a situação líquida da empresa do ponto de vista patrimonial.

Fonte: Adaptado de Entendendo de Balanço Patrimonial - Parte 1 (2019).

Os Ativos podem ser entendidos por um grupo de elementos pertencentes a empresa, expressos em valor monetário, bens tangíveis/intangíveis e títulos convertíveis em dinheiro. Dentro do balanço patrimonial, são apresentados por ordem decrescente de liquidez, iniciado pelos elementos expressos em moeda e seguidos pelos demais itens, seguindo por regra o grau de conversão monetária, dos mais fáceis a se transformar em dinheiro, Ativo Circulante, aos mais difíceis, Ativo não Circulante.

O Ativo Circulante apresenta o grupo de recebíveis da organização no curto prazo, até 12 meses, descrevendo as movimentações financeiras mais rotineiras e conectadas diretamente ao funcionamento organizacional.

O mesmo é composto pelas seguintes contas: disponibilidades de dinheiro no caixa; títulos negociáveis como aplicações financeiras de curto prazo; contas a receber pelos clientes; estoques de produtos, produtos em elaboração e acabados (BREALEY, MYERS e ALLEN, 2018).

As disponibilidades de caixa referem-se a todos os valores que a empresa detém de imediata disponibilidade para uso. Os títulos negociáveis são valores aplicados, que podem ser resgatados a curto prazo. As contas a receber pelos clientes são os valores a serem obtidos pela venda de um produto ou serviço. Os estoques de produtos, compreende os bens a serem convertidos em dinheiro no momento da venda.

Ativo Não Circulante compreende os recebíveis com prazo acima de 12 meses. Tais ativos apresentam menor grau de liquidez, sua conversão monetária demanda maior tempo para

disponibilidade de uso. O mesmo apresenta um subgrupo de elementos: o Ativo Realizável a Longo Prazo; Investimentos, Imobilizado e Intangível.

O Ativo Realizável a Longo Prazo pode ser entendido como todos os direitos futuros a serem recebidos até o fim do próximo exercício, as contas são geralmente parecidas com as do Ativo Circulante. Exemplo: títulos financeiros e imobiliários, estoques, aplicações financeiras de longo prazo e impostos a recuperar. Os investimentos compreendem qualquer aquisição de bens e direitos não ligados às atividades organizacionais e suas atividades fins, como exemplo, participação societária de outras empresas e obras de arte. O imobilizado, ao contrário dos investimentos, são as contas destinadas a atividades de funcionamento de uma organização, como, por exemplo, móveis, equipamentos, terrenos e veículos. O Intangível, pode ser tido como ativos pertencentes à empresa em estado abstrato, como exemplo licenças de software e patentes (HOJI, 2018).

Os Passivos, Circulante e Não Circulante são compostos por obrigações e dívidas que se distinguem apenas pelo prazo de vencimento. O Passivo Circulante compreende as obrigações e dívidas de curto prazo, liquidadas durante o exercício apresentado no Balanço Patrimonial. Enquanto isso, o Não Circulante as obrigações e dívidas de longo prazo, com vencimento durante o próximo exercício social (BAZZI, 2014).

Como exemplo de passivos, temos empréstimos, duplicatas a vencer, encargos trabalhistas, salários, impostos, dentre outras dívidas a serem pagas. Dentro do Balanço Patrimonial, são apresentados por ordem decrescente de liquidação, iniciado pelas com vencimento imediato, curto prazo, seguidas das com vencimento com maior prazo, longo prazo.

O Patrimônio Líquido descreve o patrimônio adquirido de uma organização. Em sua estrutura, o Patrimônio Líquido apresenta os seguintes grupos de contas: Capital Social; Reservas de Capital; Reservas de Lucro; Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

O Capital Social reúne todo o valor investido no negócio pelos seus proprietários para constituição da empresa. Reserva de Capital, são os valores recebidos pela empresa por seus sócios e são destinados diretamente ao Patrimônio Líquido, com o intuito de absorver possíveis prejuízos ou posterior aumento de capital social por incorporação desse valor. As Reservas de Lucro são compostas por uma parte do lucro organizacional retido no Patrimônio Líquido. Os Ajustes de Avaliação Patrimonial, são modificações de aumento ou diminuição nos valores dos elementos dos ativos e passivos por decorrentes de avaliações de mercado externo. Ações da

Tesouraria consiste na emissão de ações da empresa e recompra da mesma no mercado, para redução do patrimônio líquido por parte da empresa (NETO, 2016).

O patrimônio líquido traz um resumo acerca da visão societária e patrimonial, apresentando a participação de seus sócios e demais valores pertencentes à organização. De modo geral apresenta as obrigações da empresa quanto aos seus donos e acionistas.

Dentro de uma microempresa, o Balanço Patrimonial permite que o gestor avalie o desempenho da estrutura financeira, por meio dos resultados obtidos durante o período de um ano, demonstrando a utilização de todos os recursos adquiridos e empenhados pela organização, como também a situação líquida do patrimônio no fim desse ciclo.

Os Indicadores Financeiros

Assim como sugerem Brigham e Ehrhardt (2017), indicadores financeiros tem por objetivo a extração de informações relevantes para a análise financeira de uma organização, informações essas que não se mostram aparentes com a visualização superficial das demonstrações financeiras.

Logo, na estrutura do planejamento financeiro, esses indicadores possuem métricas que permitem avaliar o desenvolvimento e situação que uma empresa se encontra em certo período, tendo por objetivo orientar possíveis decisões financeiras de curto, médio e longo prazo. Dentre os vários existentes, serão abordados apenas dois, são eles: Índices de Liquidez e Índices de Rentabilidade.

Então, como afirma Chiavenato (2012), o gerenciamento das finanças empresariais visa ter recursos de alta liquidez e rentabilidade simultaneamente e buscar seu equilíbrio, pois, sua natureza genérica permite uma visão mais completa da situação financeira da empresa com relação a sua capacidade de gerar capital e saldar suas dívidas.

Índices de Liquidez

Junior, Rigo e Cherobim (2016) afirmam que os Índices de Liquidez permitem medir a capacidade de pagamento das contas de uma organização, evidenciando sua capacidade de solvência. Desse modo, a liquidez permite apresentar o estado das finanças de uma empresa, permitindo analisar os cenários financeiros da organização sob ótica dos recursos que as

mesmas possuem e identificar possíveis falhas no plano de controle, como, por exemplo, antecipar e prever possíveis dificuldades em honrar compromissos.

Para Matarazzo (2019), a liquidez tem por fundamento medir a solidez da base financeira de um negócio. Nesse sentido, a liquidez torna-se um alicerce para garantir o pleno funcionamento de uma organização. Logo, a escolha de abordar esse índice, se dá pela sua relevância prática e estratégica na tomada de decisões financeiras. Algo que compreende o âmbito do cotidiano de qualquer tipo de empresa, inclusive das microempresas.

A liquidez, é medida por uma escala, sendo está representada pelos seguintes indicadores:

- Liquidez > 1: a organização consegue saldar suas dívidas e possuem uma margem de folga quanto a isso.
- Liquidez < 1: a organização não consegue saldar suas dívidas e deve gerar recursos para isso.
- Liquidez = 1: a organização consegue saldar suas dívidas em dia com os recursos que possui.

Segundo Neto (2016), os principais indicadores de liquidez são:

Quadro 4: Indicadores de liquidez.

Tipo de índice	Usabilidade
<p>Liquidez Corrente:</p> $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	<p>Implica na capacidade que uma organização tem de saldar seus compromissos a curto prazo, tendo por base, os direitos e deveres que a mesma detém a curto prazo.</p>
<p>Liquidez Geral:</p> $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$	<p>Compreende a capacidade que uma organização tem de saldar seus compromissos a longo prazo, tendo por base, os direitos e deveres que a mesma detém a curto prazo e longo prazo.</p>
<p>Liquidez Imediata:</p> $\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	<p>Compreende a capacidade que uma organização tem de saldar seus compromissos de forma imediata, tendo por base, sua disponibilidade de caixa e deveres que a mesma detém a curto prazo.</p>
<p>Liquidez Seca:</p> $\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$	<p>Compreende a capacidade que uma organização tem de saldar seus</p>

	compromissos de forma de curto prazo, tendo por base, sua disponibilidade de ativos circulantes de maior liquidez.
--	--

Fonte: Adaptado de Neto (2016).

Tendo por base, o quadro descrito, podemos relacionar a aplicabilidade dos indicadores no contexto organizacional, além de compreender mais acerca da importância e usabilidade deles no contexto de tomada de decisões. Para melhor compreensão a seguir explana-se sobre cada um desses indicadores:

A liquidez Corrente se dá pela relação entre os recursos do Ativo Circulante e Passivo Circulante. Seu propósito é avaliar a disponibilidade de recursos que uma empresa possui no ativo circulante para cada R\$1,00 de passivo circulante (CHIAVENATO, 2022). Como, por exemplo, se uma empresa dispõe de R\$300.000,00 em seu Ativo Circulante e identifica que possui R\$260.000,00 em todo Passivo Circulante, pela razão entre ambas as grandezas respectivamente, temos o valor aproximado de 1,15. Isso significa que diante dessa análise a empresa possui aproximadamente 1,15 centavos disponíveis para cada 1 real do Passivo Circulante. Nessa perspectiva, além de liquidar todas as contas e obrigações do passivo circulante, sobra 15 centavos para cada 1 real do Passivo Circulante Total.

A Liquidez Geral se dá pela relação entre os recursos do Ativo Circulante somado ao realizável a longo prazo e passivo circulante somado ao exigível a longo prazo. Seu propósito é indicar toda a capacidade de pagamento de uma organização para dívidas de longo prazo (HOJI, 2018). Exemplificando: se uma empresa dispõe de R\$300.000,00 em seu Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, como também, identifica que possui R\$250.000,00 em todo Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, pela razão entre ambas as grandezas respectivamente, temos o valor aproximado de 1,2. Esse valor significa que a empresa possui aproximadamente 1,30 reais disponíveis para cada 1 real do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo. Nessa perspectiva, além de liquidar todas as contas e obrigações do Passivo Circulante, sobra 20 centavos para cada 1 real do Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo.

A Liquidez Imediata, por ser tida pela relação entre os recursos disponíveis de imediato no Caixa e o Passivo Circulante, seu propósito é avaliar a disponibilidade de recursos que uma organização possui de imediato para liquidar dívidas e obrigações de curto prazo (CHIAVENATO, 2022). Exemplificando, se uma empresa dispõe de R\$50.000,00 em caixa e de outros recursos financeiros imediatamente disponíveis (Rubrica: Disponível) e identifica que possui a curto prazo R\$60.000,00 em contas e obrigações a pagar (Rubrica: Passivo Circulante),

pela razão exemplificada no quadro acima temos o valor de 0,83. Isso significa que no presente momento dessa análise a empresa possui aproximadamente 0,83 centavos disponíveis para cada 1 real do Passivo Circulante. Nessa perspectiva, é necessário gerar 17 centavos para cada 1 real do Passivo Circulante.

A Liquidez Seca apresenta a razão entre os recursos do Ativo Circulante, exceto os Estoques e Despesas Antecipadas, com o Passivo Circulante. Seu propósito é indicar toda a capacidade de pagamento de uma organização para dívidas considerando os ativos circulantes de maior fluidez para conversão monetária (NETO,2016). Exemplo, uma empresa dispõe de R\$280.000,00 em seu Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, porém desse montante R\$190.000,00 representam o Estoque e Despesas Antecipadas existentes. Logo, pela subtração dos respectivos termos, temos o valor de R\$90.000,00 que representa a parte dos Ativos Circulantes de maior facilidade de conversão em dinheiro. Ao mesmo tempo, é identificado R\$120.000,00 no Passivo Circulante a Curto Prazo, pela razão respectiva das duas últimas grandezas temos o valor de 0,75. Esse valor significa que a empresa possui aproximadamente 0,75 centavos disponíveis para cada 1 real do Passivo Circulante a Curto Prazo, considerando os Ativos Circulantes de maior liquidez. Nessa perspectiva, deve ser gerado, 25 centavos para cada 1 real do Passivo Circulante, a fim de cobrir todas as obrigações e despesas.

Os Índices de Liquidez permitem construir cenários por meio da filtragem das variáveis extraídas das demonstrações financeiras. Seu papel é orientar e contribuir para a tomada de decisões organizacionais, no que se refere ao endividamento e pagamento de dívidas, como os exemplos acima citados evidenciam.

Índices de Rentabilidade/Lucratividade

Conforme Chiavenato (2022), os Índices de Rentabilidade compõem medidas que indicam a relação entre o lucro da empresa e os diversos itens tomados como referência. Eles medem quanto os investimentos estão rendendo, assim, quanto maiores os seus valores, melhor é a rentabilidade da entidade.

Deste modo, entendemos que os Índices de Rentabilidade pretendem demonstrar o retorno obtido após a realização de um investimento, e evidenciar a capacidade que uma entidade possui de obter retorno das injeções financeiras, seja ele próprio ou de terceiros.

Segundo Matarazzo (2019), esse tipo de índice serve para medir a qualidade de um investimento realizado pela organização, e mostrar com clareza qual o resultado da aplicação do capital.

Em sequência, o capital próprio é representado pelo Patrimônio Líquido, enquanto o capital de terceiros é representado pelos Passivos Circulantes e Não Circulantes. Assim, por meio de informações extraídas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, é possível calcular os Índices de Rentabilidade de Retorno sobre o Investimento (*Return On Investment - ROI*) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (*Return On Equity - ROE*).

Segundo Andrich *et al.* (2014, p. 116, grifo do autor) “O chamado *retorno sobre investimentos (Return On Investment - ROI)* possui a principal função de demonstrar o desempenho do capital investido (próprios ou de terceiros).” Para isso, é necessário que primeiro seja identificado valores no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício que compreendem respectivamente o Lucro Líquido e o Ativo Total.

Sendo assim, utilizando este mecanismo, o gestor conseguiria visualizar as condições de lucro que a empresa possui mediante o quantitativo de capital investido. E para isso, se utiliza este cálculo:

Figura 4: Fórmula do ROI

$$\text{ROI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Andrich *et al.* (2014).

Desta maneira, o Retorno sobre Investimento (*Return On Investment - ROI*) é calculado utilizando o Lucro Líquido (dado resultante da DRE) dividido pelo Ativo Total (dado oriundo do BP), o resultado desta operação matemática será multiplicado por cem, resultando no valor em porcentagem. Logo, um índice maior que R\$1,00 real indica um retorno de 100% sobre o investimento.

Dando sequência, conforme Andrich *et al.* (2014, p. 117) o retorno sobre patrimônio líquido (*Return On Equity - ROE*) tem como principal objetivo constatar o retorno apurado pelo

acionista acima do capital investido, onde se deve calcular a razão do lucro líquido com o patrimônio líquido, e o resultado do cálculo é obtido em reais.

Assim sendo, o Retorno sobre Patrimônio Líquido (*Return On Equity* - ROE) pode ser encontrado utilizando a fórmula a seguir:

Figura 5: Fórmula do ROE

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Andrich *et al.* (2014)

Assim, com os dados do Lucro Líquido (dado resultante na DRE) e o Patrimônio Líquido (obtido na ferramenta do BP), basta realizar o cálculo de divisão e o resultado será o valor do índice, onde este em questão, se apresenta um resultado maior que 1, significa que a organização possui um retorno acima de 100% sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com Neto (2021), a função do índice de rentabilidade é evidenciar o quantitativo que a empresa está gerando de retorno sobre os investimentos, ou seja, ele demonstra o quanto os investimentos próprios e de terceiros gerou lucro.

Os indicadores financeiros permitem ao gestor realizar análises dentro da empresa de forma específicas, o que permite o conhecimento dos retornos dos ativos, assim como do Patrimônio Líquido. Deste modo, o gestor possuidor desta informação, terá condições concretas para tomar novas decisões positivas na empresa, oferecendo o menor risco possível de fracasso ao negócio, como também, prejuízo aos envolvidos.

Contribuições do Planejamento Financeiro nas Microempresas

Uma decisão financeira mal tomada pode se tornar um grande problema para a empresa, afetando desde seus colaboradores até seus clientes e parceiros. Essas decisões costumam surgir a partir de falta de exatidão nas informações e ausência de planejamento, podendo acarretar, possivelmente, a falência da organização. Por outro lado, aquelas que investem em inovação, planejamento financeiro e estratégico, conhecem o seu público-alvo e buscam manter a competitividade tendem para que o crescimento seja adequado e consciente (COSTA, 2018).

Portanto, dentro do contexto das Microempresas, fica visível que a utilização do planejamento financeiro é um divisor de águas, pois aumenta a precisão nas tomadas de decisões e favorece um desenvolvimento saudável da organização.

As organizações que conseguem implementar ferramentas de planejamento e gestão financeira, como o Fluxo de Caixa, por exemplo, têm vantagem competitiva em detrimento a um mercado com mudanças tão constantes, para que assim, possam se preparar para emergências, aproveitar oportunidades e sanar seus compromissos financeiros com parceiros. Dessa forma, a análise de entradas e saídas permite ao gestor saber exatamente qual situação da empresa, se ela precisa, por exemplo, captar mais recursos, controlar suas despesas ou renegociar contratos com fornecedores (CORREIA e RAIFUR, 2018) pois, uma observação minuciosa desses pontos permite que o empreendedor tenha mais chances de sucesso no seu negócio, fazendo-o perdurar por mais anos no mercado.

De acordo com Bertoldo (2019), mesmo que a maioria das Microempresas estudadas por ele demonstre não fazer uso completo da ferramenta de Fluxo de Caixa, fundamental para o planejamento financeiro, aquelas que a usam conseguem ter uma espécie de plano, e tendem a ter menos problemas relacionados à ausência de capital de giro, conseguindo sanar suas obrigações com fornecedores e gerando benefícios financeiros de curto e longo prazo para a organização. Logo, toda Microempresa precisa ter boa relação com suas finanças, para lidar com os desafios do presente e futuro de maneira eficiente.

Como abordou Pereira (2022), uma Microempresa que lida com suas informações financeiras de maneira muito simplista, como fazer o registro de compras em apenas um bloco de notas de papel, não consegue enxergar o futuro da empresa de forma clara, já que uma projeção com objetivo de saber a disponibilidade de capital para investimento em maquinários seria praticamente inviável dessa forma. De acordo com tal estudo, o uso de ferramentas mais sofisticadas e, ao mesmo tempo, básicas para uma organização, como planilhas para a Demonstração do Resultado do Exercício e Fluxo de Caixa, facilita a tomada de decisão dos gestores e a torna mais assertiva.

Portanto, como afirma Pereira *et al.* (2020), mesmo em um mercado altamente competitivo, 68% dos gestores de Microempresas não fazem nenhum tipo de análise financeira antes de buscar adquirir crédito, podendo trazer grandes prejuízos à organização a longo prazo. Também, a falta de controle em operações financeiras, como Fluxo de Caixa superior ao ciclo operacional, despreparo na busca por crédito, mistura de contas pessoais e empresariais são fatores que prejudicam o equilíbrio financeiro de uma empresa.

Por fim, é fundamental afirmar que um negócio precisa de gestão financeira e o planejamento é a base disso, caso contrário, essa organização estaria limitando drasticamente sua expectativa de vida.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em primeiro momento, a pesquisa foi desenvolvida de forma exploratória. Para Gil (2017) a pesquisa exploratória tem por objetivo abordar de modo mais aprofundado o tema pesquisado, proporcionando maior familiaridade com o tema em seus variados aspectos.

A modalidade exploratória se fez necessária para que os objetivos fossem bem estruturados e, de certo modo, que prevalecesse na escrita o domínio do tema. Além disso, o presente trabalho se edifica também com uma abordagem qualitativa. Como afirma Menezes *et al.* (2019) a pesquisa qualitativa lida com a interpretação aprofundada dos fatos de uma pesquisa pelo ponto de vista do pesquisador, com o intuito de entender e explicar o tema estudado.

A pesquisa qualitativa tem como propósito filtrar os principais pontos levantados pela pesquisa exploratória, a fim de orientar as discussões do presente trabalho e permitir a obtenção de conclusões coerentes dos objetivos investigados pelo estudo.

De modo geral, a pesquisa se estrutura em três etapas. A primeira etapa se trata do estudo de referenciais bibliográficos (artigos, estudos de casos e livros), que segundo Severino (2016, p. 144):

Tem por objetivo a descrição e a classificação dos livros e documentos similares, segundo critérios, tais como autor, gênero literário, conteúdo temático, data etc. Dessa técnica resultam repertórios, boletins, catálogos bibliográficos. E é a eles que se deve recorrer quando se visa elaborar a bibliografia especial referente ao tema do trabalho.

Com isso, a primeira etapa procura construir e nortear parâmetros que dinamizam a discussão dos principais pontos pesquisados, com levantamentos de informações e fatos que enriqueçam e elucidem assertivamente as prerrogativas levantadas nos objetivos geral e específicos da pesquisa.

A segunda etapa consiste na análise do material levantado e aprofundamento da problemática levantada. Como descrito por Mascarenhas (2017), a análise tem o objetivo de remontar por meio de passos sequenciais um raciocínio ou ideias complexas, em partes simplificadas do todo, a fim de melhor compreender a ótica estudada. Com esse intuito, a

análise é o processo vital para a obtenção dos resultados da pesquisa e tem por finalidade, ser a base para a terceira e última etapa.

A terceira e última etapa visa sintetizar as etapas anteriores. Como expresso por Severino (2016, p. 87) “A síntese permite a visão de conjunto, a unidade das partes até então separadas num todo que então adquire sentido uno e global”. Deste modo, a terceira e última etapa têm, por finalidade, explanar o papel do planejamento financeiro nas microempresas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Microempresas são importantes para a economia brasileira, sendo um grupo responsável por parte dos empregos gerados no Brasil, mas, boa parte delas, possuem dificuldades no que diz respeito à sua permanência e consolidação no mercado. Nesse estudo bibliográfico, foi identificado que, em parte, a principal causa para isso, se encontra na falta do planejamento financeiro como meio de controle no processo de gestão.

O Planejamento Financeiro agrega uma visão direta dos processos realizados em uma organização, tendo por ponto de partida a utilização de recursos financeiros para atingir os objetivos e finalidades da mesma. O mesmo se constitui do uso conciliado de demonstrativos financeiros para compreender o que ocorre na organização e analisar cenários futuros. Neste trabalho, foram explanadas as seguintes demonstrações, Fluxo de Caixa, Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial.

O Fluxo de Caixa é uma ferramenta bastante utilizada quando se fala de gestão financeira. Ele é extremamente importante para uma empresa, pois permite ao gestor um controle financeiro dos fluxos de caixa (entradas e saídas) e operações. Esse instrumento pode ser personalizado conforme as necessidades da organização. Neste estudo demonstramos sua forma mais básica e como ele pode trazer benefícios para qualquer negócio que fizer um uso adequado do mesmo. Através desta ferramenta que são extraídas algumas informações financeiras utilizadas na Demonstração do Resultado do Exercício.

A Demonstração do Resultado do Exercício, descreve a relação de receitas, custos, despesas e o lucro obtido por uma organização. Seu principal objetivo é destacar os principais grupos de contas de uma empresa, e indicar o saldo positivo ou negativo das operações realizadas durante um período. Entretanto não basta apenas possuir o feedback da situação financeira da empresa, é importante também estar ciente da sua estrutura patrimonial, e para isso é utilizado a ferramenta do Balanço Patrimonial.

Balanço Patrimonial, por fim, é a demonstração responsável por expor toda a situação financeira e patrimonial da empresa, é uma exposição do seu momento econômico atual registrado no ato de construção do documento, mas que considera todos seus bens, direitos e obrigações de curto e longo prazo. Portanto, é fundamental quando se trata de mensurar o valor de uma empresa em todo o seu patrimônio.

As demonstrações por si só reúnem uma série de dados relevantes para a gestão na totalidade, descrevendo o processo de movimentação dos valores financeiros, bens e recursos que entram e saem do caixa de uma empresa. Mas para uma visão mais aprofundada e estratégica da área financeira, a utilização de indicadores financeiros é fundamental. Os mesmos, permitem construir cenários por meio da filtragem dos dados extraídos das demonstrações financeiras, orientando a tomada de decisões e o bom funcionamento organizacional, um fator importante para que as microempresas consigam se edificar no mercado e evitar sua mortalidade precoce.

Nesse sentido, dentre outros indicadores, temos o de Liquidez e Rentabilidade/Lucratividade. A liquidez pode ser entendida como o indicador da capacidade de pagamento de dívidas e obrigações de uma empresa, seja no curto ou longo prazo. Um ponto que para o universo das microempresas facilita o controle de dívidas e por consequência evita o endividamento e a inadimplência. Os indicadores de liquidez permitem avaliar a capacidade de pagamento por meio da perspectiva de disponibilidade de recursos financeiros presentes na organização. A liquidez se desdobra em subdivisões específicas, índices que avaliam possíveis cenários da área financeira e as condições de pagamento de obrigações diante deles.

O índice de Liquidez Corrente, indica a capacidade de pagar todas as obrigações de curto prazo de uma organização, utilizando para isso, todos os recursos financeiros obtidos pela organização durante esse mesmo período. A Liquidez Imediata, compreende a capacidade de liquidação instantânea de dívidas de curto prazo, tendo como base o valor em caixa. A Liquidez Geral, relaciona toda a capacidade de pagamento de uma organização, considerando tudo o que a mesma possui em bens e direitos, em contraponto a todas as suas despesas e dívidas. A Liquidez Seca relaciona a capacidade de pagamento de dívidas e obrigações totais de uma organização, desconsiderando os estoques presentes na organização, que compreendem o ponto forte de suas receitas.

Os indicadores de liquidez permitem verificar diversos aspectos da área financeira, algo que no ambiente de uma microempresa é um ponto fundamental tanto para o seu funcionamento

no curto, médio e longo prazo como para traçar estratégias de crescimento enquanto e em contraponto evitem o risco de endividamento e inadimplência da mesma.

Quanto à rentabilidade, mede o retorno obtido com investimentos na empresa, seja para aumentar sua produção ou escala de vendas, como também, para identificar o retorno do investimento inicial para constituição da mesma. O índice de rentabilidade possibilita calcular o Retorno sobre o Investimento (*Return On Investment* - ROI) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (*Return On Equity* - ROE). No ROI (*Return On Investment*) é calculado utilizando o Lucro Líquido e o Ativo Total, que resulta no desempenho do capital investido. Enquanto no ROE (*Return On Equity*) é utilizado o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido para constatar o retorno apurado pelo acionista sobre o capital investido.

Assim sendo, essa medida permite ao gestor compreender o desempenho da organização em relação ao capital utilizado para seu pleno funcionamento. Algo que numa Microempresa pode colaborar diretamente para seu crescimento.

Diante de tais índices e suas competentes funções, torna-se mais claro, que o planejamento financeiro permite analisar criteriosamente os recursos financeiros adotados pela empresa, capacitando o seu gestor financeiro para avaliar o melhor caminho e possibilidades com o intuito de aprimorar os seus resultados empresariais.

Assim sendo, o planejamento financeiro de uma empresa pode ser considerado como um órgão vital, uma vez que, ao mesmo tempo que observa e analisa, permite o pleno funcionamento de seus processos. Com as Microempresas não é diferente, para estas manter um funcionamento, sua área financeira deve ser bem alicerçada.

A aplicação de métodos básicos, como esses anteriormente citados, traz enorme vantagem competitiva para a organização, mesmo que pareça mais fácil gerir um negócio seguindo apenas seus instintos, os empreendedores que aplicam adequadamente ferramentas financeiras para a gestão de seus negócios obtêm resultados acima da média, visto que, muitos gestores sequer cogitam planejar seus investimentos.

Portanto, torna-se claro que essa pesquisa atingiu seus objetivos e pôde demonstrar que o planejamento financeiro tem um papel fundamental para o funcionamento de microempresas, pois ele permite que a organização continue se expandindo de maneira positiva.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. **Dia da Micro e Pequena Empresa evidencia a importância dos empreendedores para o Brasil.** AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2022. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/brasil-empendedor/dia-da-micro-e-pequena-em-presa-evidencia-a-importancia-dos-empresarios-para-o-brasil/>. Acesso em 20 abr. 2023.

ANDREOLLA, N. **Ferramentas de Gestão Financeira para Pequenas e Médias Empresas.** Curitiba: Juruá, 2015.

ANDRICH, E. G.; CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, R. G.; GUINDANI, R. A. **Finanças corporativas: análise de demonstrativos contábeis e de investimentos.** SÃO PAULO: Editora Intersaberes, 2014.

BARROS, E. C.; DREON, F. R. **Análise financeira: enfoque empresarial: Uma abordagem prática para executivos não financeiros.** Belo Horizonte: Escola de Gestão Aquila, 2021.

BAZZI, S. **Contabilidade em ação.** 1 ed. Curitiba: InteSaber, 2014.

BAZZI, S. **Elementos estruturais do planejamento financeiro.** 1 ed. Curitiba: InteSaber, 2016.

BERTOLDO, B. C. M. **A importância da implantação do planejamento do fluxo de caixa nas empresas de micro e pequeno porte na cidade de Araguari.** Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/25744>. Acesso em: 07 out. 2023.

BREALEY, R. A.; MYERS, S. C.; ALLEN, F. **Princípios de finanças Corporativas.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2018.

BRIGHAM, E. F.; EHRHARDT, M. C. **Administração Financeira: Teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

CATARINO, G. P. S.; SANTOS, L. R.; SILVA, P. V. J. G. **A influência das finanças pessoais na gestão financeira de microempresas Cariocas.** REMIPE - Revista de Micro e Pequenas Empresas e Empreendedorismo da Fatec Osasco, 2020. Disponível em: <https://remipe.fatecosasco.edu.br/index.php/remipe/article/view/278>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo - dando asas ao espírito: empreendedor.** BARUERI-SP: Manoli, 2012.

CHIAVENATO, I. **Gestão Financeira - Uma Abordagem Introdutória.** RIO DE JANEIRO: ATLAS, 2022.

CORREIA, R. G.; RAIFUR. **A UTILIZAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO: ESTUDO QUALITATIVO COM MICROEMPRESAS.** Unicentro, 2018. Disponível em:

<https://sguweb.unicentro.br/atrabalhos/viewpublico/599b4ac2-0a98-4bdc-85f1-4361c8c90a21>. Acesso em: 20 maio. 2023.

CRUZ, J. A. W.; ANDRICH, E. G. **Gestão financeira moderna: uma abordagem prática**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 out. 2023.

COSTA, V. P. **A importância do planejamento financeiro para o sucesso das micro e pequenas empresas**. Repositório Universitário da Ânima (RUNA). 2018. 3 p. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7988>. Acesso em 16 Maio. 2023.

Entendendo de Balanço Patrimonial - Parte 1. Video. 04min03s. Publicado pelo canal Stephanie Kalynka. 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q1fy6iLy2S0>. Acesso: 02 ago. 2023.

FERREIRA, H. G.; SANTOS, A. F.; DUTRA, E. S.; CONTÃO, T. S.; STARICK, H.; ALMEIDA, J. M. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO FINANCEIRA E FLUXO DE CAIXA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. LEÃO, C. R. S., SALOMÃO, P. E. A., PIMENTA, N. A. (Org). **Coletâneas científicas 2022**. TEÓFILO OTONI-MG: Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE) - ALFA/ UNIPAC. 2022. p. 68-72. Disponível em: <https://unipacto.com.br/storage/gallery/files/nice/documentos/LIVRO%20-%20ADMINISTRAC3%87%C3%83O%20-%202022.pdf>. Acesso em: 27 de abr. 2023.

FERRO, L. C.; PAULA, L. S.; OLIVEIRA, S. C. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO ATRAVÉS DA GESTÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**, v. 1, n. 2, edição 1, jan./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/dialogoscont/article/download/1235/904>. Acesso em: 18 abr. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GITMAN, L. J. ; ZUTTER, C. J. **Princípios de administração financeira**. 14. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2017.

HOJI, M. **Administração Financeira e Orçamentária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JUNIOR, A. B. L.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira**. [s.l.] GEN ATLAS, 2016.

LIMA, B. M. S; CELESTINO, L. T. S.; FARIA, M. E.; OLIVEIRA, R. S.; OLIVEIRA, R. H. ; DUARTE, E. M. **Gestão financeira e redução de custos para micro e pequenas empresas**. Revista Projetos Extensionistas, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fapam.Edu.br/index.php/RPE/article/view/245/221>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia científica**. 1 ed.São Paulo-SP: Pearson, 2017.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEGLIORIN, E; VALLIM, M. A. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Editora Pearson, 2018.

MENEZES, A. H. N.; DUARTE, F. R.; CARVALHO, L. O. R.; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019. 83 p. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/noticias/univasf-publica-livro-digital-sobre-metodologia-cientifica-voltada-para-educacao-a-distancia/livro-de-metodologia-cientifica.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MOTERLE, S.; WERNKE, R.; JUNGES, I. **Conhecimento sobre gestão financeira dos dirigentes de pequenas empresas do Sul de Santa Catarina**. RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/16321>. Acesso em: 10 maio 2023.

NASCIMENTO, André do (org.). **Gestão do capital de giro**. São Paulo: Pearson, 2015. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 06 nov. 2023.

NETO, A. A. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NETO, A. M. **Consultoria financeira: micro e pequenas empresas**. São Paulo: Dialética, 2021.

PEREIRA J.; ARAÚJO J. M.; FARIA E. R.; SANTOS. L. M. **FATORES DETERMINANTES PARA O RISCO DE LIQUIDEZ EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA CIDADE DE VIÇOSA-MG**. Revista Da Micro E Pequena Empresa 14.3 (2020): 73-89. Web. Disponível em: <https://www.cc.faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/1375/pdf>. Acesso em 12 out. 2023.

PEREIRA, K. J. S. **Planejamento financeiro**: um estudo de caso na empresa S Pereira Everton. Faculdade Laboro, 2022. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/368> . Acesso em: 14 out. 2023.

PEREIRA, M. H. R. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DA PARAÍBA**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16109/1/MHRP23102019.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PERIS, R. W. **Finanças corporativas**. 1. ed. Curitiba: Contentus, 2020.

REGERT, R.; JUNIOR, G. M. B.; BRAGAGNOLO S. M.; BAADE, J. H. **A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES ECONÔMICOS, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO COMO GESTÃO DO CONHECIMENTO NA TOMADA DE DECISÃO EM TEMPOS DE CRISE**. Revista Visão: Gestão Organizacional, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/1579>. Acesso em: 15 maio 2023.

RODRIGUES M. L. S, MONSORES G. L. **A Importância do Planejamento Financeiro na Micro ou Pequena Empresa**. Rev Teccen. 2022; p. 38-43. disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/TECCEN/article/view/3229>. Acesso em 10 maio 2023.

SEBRAE. **Planejamento financeiro e a importância para micro e pequenas empresas.** SEBRAE, 2023a. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/planejamento-financeiro-e-a-importancia-para-micro-e-pequenas-empresas,fd2ac83eec486810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 19 maio 2023.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil.** SEBRAE, 2023b. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em 20 abr. 2023.

SEBRAE. **Como fazer um demonstrativo de resultados.** SEBRAE, 2023c. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/como-fazer-um-demonstrativo-de-resultados,48f3ace85e4ef510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 19 out. 2023.

SEBRAE. **Dicas para negócios de sucesso.** SEBRAE, 2019. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/5-dicas-para-empresenedores-de-sucesso,bb33d1496e2db610VgnVCM1000004c00210aRCRD](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/5-dicas-para-empresendedores-de-sucesso,bb33d1496e2db610VgnVCM1000004c00210aRCRD). Acesso em: 19 abr. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 24 ed. São Paulo: Atual, 2016.

TRAVASSOS, M. **Contabilidade básica:** atualizada pelas leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 e regras emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2022.